



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Coordenadoria de Controle Interno

PLANO ANUAL DE AUDITORIA
EXERCÍCIO DE 2015
PAA 2015

Coordenadoria de Controle Interno

Novembro de 2014

PLANO ANUAL DE AUDITORIA EXERCÍCIO DE 2015 PAA 2015

1. Introdução

O planejamento das atividades desta área de controle e auditoria para o exercício de 2015, visando ao cumprimento de atribuições previstas na Constituição Federal e no Regulamento de Secretaria, abrange os pareceres sobre a legalidade dos atos de admissão e de concessões de aposentadorias e pensões civis encaminhados para apreciação ao Tribunal de Contas da União (TCU); os pareceres sobre o cumprimento de aspectos legais e técnicos do planejamento e da execução de obras remetidos ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho; e as auditorias e os monitoramentos previstos para desenvolvimento.

A presente divulgação restringe-se às auditorias para execução no próximo exercício, constituindo o Plano Anual de Auditoria (PAA), elaborado com observância das disposições da Resolução nº 171 de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, e submetido e aprovado pela D. D. Presidência deste Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

2. Ações Previstas

O PAA sistematizado no quadro em anexo elenca as auditorias que serão realizadas no exercício, descrevendo-as por área de gestão e tipo-forma e contempla as seguintes informações: objeto, conhecimentos específicos, objetivo, escopo, período, unidade auditada, critérios/variáveis de materialidade, relevância, criticidade e risco.

Nele constam tanto as ações definidas pela própria área de controle e auditoria deste TRT como aquelas objeto de ações coordenadas pelas Unidades de Controle dos Órgãos Superiores desta Justiça Especializada, Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça (SCI-CNJ) e Coordenadoria de Controle e Auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CCAUD-CSJT).

3. Atuação Proposta

Na execução das auditorias indicadas no plano, serão observados os procedimentos previstos no manual elaborado pela própria área de auditoria e controle segundo os padrões do TCU e observância da normatização do CNJ, abrangendo as fases de planejamento, execução, comunicação de resultados e monitoramento e acompanhamento.

O desenvolvimento das auditorias igualmente observará tanto o respectivo fluxo do processo de trabalho da atividade como os procedimentos relacionados à comunicação e requisição de informações e documentos dela decorrentes, conforme disciplinado nas normas internas Ato Regulamentar GP nº 16/2014 e Portaria GP nº 34/2014.

Campinas, 28 de novembro de 2014.

Marco Antonio Fernandes
Coordenador de Controle Interno

**PLANO ANUAL DE AUDITORIA
EXERCÍCIO DE 2015
PAA 2015**

ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS						
Item	Objeto	Conhecimentos Específicos	Objetivo	Escopo	Período	Unidade Auditada
Auditoria de Conformidade da Gestão/Auditoria Direta						
1	Relatório de Gestão de 2014	Processo de contas anual; Normas da prestação de contas de 2014: IN TCU nº 63/2010, alterada pela IN nº 72/2013; DN TCU nº 134/2013, alterada pela DN 139/2013; Portaria TCU 90/2014, e DN TCU nº 140/2014; Sistemas informatizados da folha de pagamento e Fênix (recursos humanos); Indicadores de gestão.	Verificar o atendimento das informações prestadas com relação à gestão de pessoas no relatório de gestão de 2014 considerados os conteúdos exigidos nos normativos editados para as contas pelo TCU	Informações prestadas no relatório de gestão com relação: a) à estrutura de pessoal consideradas as perspectivas: força de trabalho, composição e distribuição; custos associados à manutenção dos recursos humanos; ações adotadas para identificação e tratamento de eventuais irregularidades constatadas; principais riscos identificados na gestão de pessoas e providências para mitigá-los; e indicadores gerenciais utilizados pela área; b) à contratação de mão de obra de apoio à política de contratação de estagiários; c) às demandas dos órgãos de controle externo (TCU) e interno (CCIN) cumpridas no exercício ou pendentes de atendimento referentes à gestão de pessoas	07/01/2015 a 15/03/2015	Diretoria-Geral
Materialidade		Relevância Alta		Criticidade Moderada		Risco Moderado

ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS						
Item	Objeto	Conhecimentos Específicos	Objetivo	Escopo	Período	Unidade Auditada
Auditoria Operacional/Auditoria Direta						
2	Sistema da folha de pagamento.	Sistemas informatizados da folha de pagamento; Fênix (recursos humanos) e Chronus Web (frequência); Legislação de pessoal com relação às remunerações de magistrados e servidores; Lei 8.1112/1993, LC 35/1976; Planilhas eletrônicas: Excell; Gerenciamento de riscos; Avaliação de controles internos; Auditoria operacional	Avaliar os controles internos existentes para mitigar os riscos de processamento equivocado de informações quando da elaboração das folhas de pagamento e evidenciar a correção dos desembolsos realizados	Realização de testes em amostra do exercício nas rubricas cujos valores inseridos ou mantidos no sistema de folha de pagamento dependem de intervenções para operacionalização	01/03/2015 a 30/06/2015	Secretaria de Gestão de Pessoas
Materialidade R\$ 888.694.587,00 em 2013 e R\$ 512.879.240, 37 até julho de 2014, incluindo ativos e inativos		Relevância Alta		Criticidade Alta		Risco Alto
3	Cessão e requisição de servidores	Sistemas informatizados da folha de pagamento; Fênix (recursos humanos); Legislação de pessoal com relação às cessões e requisições de servidores; Legislação tributária: contribuições previdenciárias; Resolução CSJT nº 143/2014; Auditoria operacional	Avaliar os controles internos existentes para mitigar os riscos de se manter a cessão ou a requisição de servidores com desatenção à legislação e de se realizar desembolsos de valores equivocados a órgãos cedentes ante a edição do Normativo do CSJT	Realização de testes em amostra composta por servidores nas condições de cedidos para outros órgãos e requisitados de outros considerado o exercício	01/08/2015 a 31/10/2015	Secretaria de Gestão de Pessoas
Materialidade		Relevância Alta		Criticidade Moderada		Risco Alto

ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

Item	Objeto	Conhecimentos Específicos	Objetivo	Escopo	Período	Unidade Auditada
Auditoria de Conformidade/Auditoria Direta						
4	Adicional de Qualificação	Sistemas informatizados da Folha de Pagamento e Fênix (recursos humanos); Legislação de pessoal pertinente às remunerações de servidores; Lei nº 11.416/2006; Planilhas eletrônicas: Excell	Verificar a legalidade das concessões e a correção dos pagamentos do Adicional de Qualificação (AQ)	Amostras de concessões e pagamentos considerados os exercícios de 2014 e 2015	01/05/2015 a 31/07/2015	Secretaria de Gestão de Pessoas
Materialidade R\$ 10.146.222,09 em 2013 e R\$ 6.239.605,73 até julho de 2014		Relevância Alta		Criticidade Moderada		Risco Moderado
5	Progressão e Promoção Funcionais	Sistemas informatizados da Folha de Pagamento e Fênix (recursos humanos); Legislação de pessoal pertinente às remunerações de servidores; Lei nº 11.416/2006 e Lei nº 12.774/2012; Resolução CSJT nº 143/2014; Planilhas eletrônicas: Excell	Verificar a regularidade das movimentações funcionais e a correção dos pagamentos delas decorrentes	Amostras das movimentações funcionais ocorridas e dos pagamentos efetuados nos exercícios de 2014 e 2015	01/11/2015 a 19/12/2015	Secretaria de Gestão de Pessoas
Materialidade		Relevância Alta		Criticidade Moderada		Risco Moderado
6	Programa Auxílio Alimentação	Sistemas informatizados da Folha de Pagamento e Chronus Web (Frequência); Resolução Administrativa nº 10/2011 e normativos editados pelo CSJT e CNJ	Verificar a regularidade da concessão e a correção dos pagamentos do Auxílio Alimentação	Amostras de concessões e pagamentos considerados os exercícios de 2014 e 2015	01/07/2015 a 30/09/2015	Secretaria de Gestão de Pessoas
Materialidade R\$ 34.427.753,00 em 2013 e E\$ 27.929.697,62 até julho de 2014		Relevância Alta		Criticidade Moderada		Risco Moderado

ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

Auditoria de Conformidade/Auditoria Direta

Item	Objeto	Conhecimentos Específicos	Objetivo	Escopo	Período	Unidade Auditada
7	Programa de Estagiários	Legislação: Lei 11.788/2008 e Ato Regulamentar GP 12/201 e Siafi.	Verificar a regular operação do programa de estagiários no que concerne aos procedimentos de contratação e de pagamento	Amostras de contratações realizadas e pagamentos efetuados no exercício	01/02/2015 a 30/04/2015	Secretaria de Gestão de Pessoas
Materialidade R\$ 3.784.033,03 em 2013 e R\$ 2.673.691,31 até julho de 2014		Relevância Alta		Criticidade Moderada	Risco Moderado	

ÁREA DE GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Item	Objeto	Conhecimentos Específicos	Objetivo	Escopo	Período	Unidade Auditada
Auditoria de Conformidade da Gestão/Auditoria Direta						
8	Relatório de Gestão de 2014	Processo de contas anual; Normas da prestação de contas de 2014; IN TCU nº 63/2010, alterada pela IN nº 72/2013; DN TCU nº 134/2013, alterada pela DN 139/2013; Portaria TCU 90/2014, e DN TCU nº 140/2014; Normativos disciplinando a sustentabilidade ambiental editados pelo CNJ e CSJT e outros órgãos e entidades da administração pública federal; Legislação de licitações e contratos administrativos.	Verificar o atendimento das informações prestadas com relação à gestão de compras e contratações no relatório de gestão de 2014, considerados os conteúdos exigidos nos normativos editados para as contas pelo TCU	Avaliar a fidedignidade e a completude das informações prestadas no relatório de gestão com relação: a) à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras; b) às demandas dos órgãos de controle externo (TCU) e interno (CCIN) cumpridas no exercício ou pendentes de atendimento referentes à gestão de compras e contratações	07/01/2015 a 15/03/2015	Diretoria-Geral.
Materialidade		Relevância Alta		Criticidade Moderada	Risco Moderado	

ÁREA DE GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Item	Objeto	Conhecimentos Específicos	Objetivo	Escopo	Período	Unidade Auditada
Auditoria de Conformidade/Auditoria Direta						
9	Contratos de prestação de serviço de TI, TIC e obras, passíveis de revisão ante a desoneração da folha de pagamento de empresas implantada pelo Plano Brasil Maior	Jurisprudência do TCU: Acórdão 2859/2013-Plenário; Legislação tributária, em especial: Lei nº 12.546/2011; Lei nº 12.715/2012; Lei nº 12.794/2013; Lei nº 12.844/2013; e o Decreto nº 7.828/2012; Contratos administrativos: Lei nº 8.666/1993	Analisar as revisões dos valores dos contratos de TI, TIC e obras alcançados pela desoneração de folhas de pagamento promovida pelo Plano Brasil Maior, objeto da Lei nº 12.546 de 2011 e Decreto nº 7.828 de 2012	Análise dos procedimentos adotados para o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de TI, TIC e obras, de valores razoáveis, e envolvendo as empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento promovida pelo Plano Brasil Maior, vigentes ou encerrados, bem como as ações empreendidas para a obtenção da devolução dos respectivos valores quando exigíveis	01/02/2015 a 28/02/2015	Secretaria da Administração
Materialidade		Relevância Alta		Criticidade Alta		Risco Alto
10	Contratos de prestação de serviços com mão de obra residente nas dependências do órgão - retenção de provisões de encargos	Resolução CNJ nº 169/2013; Ato Regulamentar GP nº 08/2014; Legislações trabalhista e previdenciária; Contratos administrativos: Lei nº 8.666/1993.	Certificar o cumprimento das disposições da Resolução CNJ nº 169/2013 e AR GP nº 08/2014 que dispõem sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas e previdenciários, além de outros, pelas empresas contratadas para prestação de serviços com mão de obra residente nas dependências do órgão.	Procedimentos existentes para a retenção de provisões e encargos quando da execução dos contratos de prestação de serviços envolvendo mão de obra residente nas dependências do órgão, consoante disciplinado na Resolução do CNJ	01/04/2015 a 31/05/2015	Secretaria da Administração
Materialidade		Relevância Alta		Criticidade Alta		Risco Alto

ÁREA DE GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES						
Item	Objeto	Conhecimentos Específicos	Objetivo	Escopo	Período	Unidade Auditada
Auditoria de Conformidade/Auditoria Direta						
11	Projetos e execuções contratuais de obras	Resolução CSJT nº 70/2010; Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI; Curva ABC; Planilhas eletrônicas; Conceitos de engenharia civil; Contratos administrativos: Lei nº 8.666/1993	Avaliar o cumprimento das disposições do Normativo do CSJT que disciplina o planejamento e a execução de obras pelos TRTs.	Obras planejadas e executadas no ano de 2015	01/08/2015 a 30/09/2015	Secretaria da Administração
Materialidade R\$ 4.284.348,13 VT de Itapetininga		Relevância Alta		Críticidade Alta		Risco Alto
12	Compras e serviços contratados mediante Sistema de Registro de Preços (SRP)	Decreto nº 7.892/2013 e Lei nº 8.666/1993; Jurisprudência do TC sobre o sistema de registro de preços	Verificar a regularidade na condução das contratações realizadas mediante SRP	Contratações provenientes de atas de registros de preços firmadas pelo órgão no exercício, seja decorrente de licitação realizada, seja objeto de adesão	01/10/2015 a 30/11/2015	Secretaria da Administração
Materialidade R\$ 8.500.000,00 em 2013 (valor aproximado)		Relevância Alta		Críticidade Moderada		Risco Moderado
13	Processos de Dispensas e Inexigibilidades de Licitação	Lei nº 8.666/1993 e Jurisprudência do TCU	Verificar a regularidade na condução dos procedimentos de dispensas e inexigibilidades de licitação	Amostras de processos de dispensas e inexigibilidades de licitação realizadas no exercício considerados os critérios de materialidade, criticidade e risco	01/10/2015 a 30/11/2015	Secretaria da Administração
Materialidade		Relevância Alta		Críticidade Alta		Risco Alto

ÁREA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO						
Item	Objeto	Conhecimentos Específicos	Objetivo	Escopo	Período	Unidade Auditada
Auditoria de Conformidade da Gestão/Auditoria Direta						
14	Relatório de Gestão de 2014	Processo de contas anual; Normas da prestação de contas de 2014: IN TCU nº 63/2010, alterada pela IN nº 72/2013; DN TCU nº 134/2013, alterada pela DN 139/2013; Portaria TCU 90/2014, e DN TCU nº 140/2014; Contabilidade pública; Administração financeira e orçamentária; Siafi; SPIUnet; Planilhas eletrônicas.	Verificar o atendimento das informações prestadas no relatório de gestão de 2014 considerados os conteúdos exigidos nos normativos editados para as contas pelo TCU com relação à gestão do patrimônio	Avaliar a fidedignidade e a completude das informações prestadas no relatório de gestão com relação: a) à gestão da frota de veículos; b) gestão do patrimônio imobiliário; c) imóveis locados de terceiros; b) às demandas dos órgãos de controle externo (TCU) e interno (CCIN) cumpridas no exercício ou pendentes de atendimento referentes à gestão do patrimônio	07/01/2015 a 15/03/2015	Diretoria-Geral.
Materialidade		Relevância Alta		Criticidade Moderada	Risco Moderado	
Auditoria Operacional/Auditoria Compartilhada-Integrada (Ação Coordenada CSJT)						
15	Gestão de material e patrimônio e avaliação de controles internos e suas interligações	Administração patrimonial; Administração financeira e orçamentária; Direito administrativo e Contabilidade pública.	Certificar a aderência das práticas de gestão patrimonial aos objetivos estratégicos, de comunicação e de conformidade vinculantes para os TRT's	Práticas relacionadas ao recebimento, à guarda, movimentação, desfazimento, responsabilidade e contabilização de bens móveis nos exercícios de 2013 e 2014	14/09/2015 a 16/12/2015	Secretaria da Administração
Materialidade		Relevância Alta		Criticidade Alta	Risco Alto	

ÁREA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO						
Item	Objeto	Conhecimentos Específicos	Objetivo	Escopo	Período	Unidade Auditada
Auditoria Operacional/Auditoria Direta						
16	Manual de Procedimentos para Controle Patrimonial	Sistema informatizado de patrimônio; Contabilidade pública e Ato Regulamentar GP nº 12/2013	Avaliar a aderência dos procedimentos empregados para o controle patrimonial à normatização interna	Procedimentos implantados para atendimento das disposições previstas no AR GP nº 12/2013 envolvendo requisição, recebimento provisório e definitivo de materiais; registro de materiais permanentes, incluindo tombamento e inventário, baixa e desfazimento de bens	01/06/2015 a 30/08/2015	Secretaria da Administração
Materialidade		Relevância Alta		Criticidade Alta	Risco Alto	
ÁREA DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO						
Auditoria de Conformidade da Gestão/Auditoria Direta						
17	Relatório de Gestão de 2014	Processo de contas anual; Normas da prestação de contas de 2014: IN TCU nº 63/2010, alterada pela IN nº 72/2013; DN TCU nº 134/2013, alterada pela DN 139/2013; Portaria TCU 90/2014, e DN TCU nº 140/2014; Sistemas computacionais, Gestão de processos e Planejamento estratégico.	Verificar o atendimento das informações prestadas no relatório de gestão de 2014 considerados os conteúdos exigidos nos normativos editados para as contas pelo TCU com relação à gestão da tecnologia da informação	Avaliar a fidedignidade e a completude das informações prestadas no relatório de gestão com relação aos sistemas computacionais que estejam diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos do órgão	07/01/2015 a 15/03/2015	Diretoria-Geral.
Materialidade		Relevância Alta		Criticidade Moderada	Risco Moderado	

ÁREA DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Item	Objeto	Conhecimentos Específicos	Objetivo	Escopo	Período	Unidade Auditada
Auditoria de Conformidade/Auditoria Compartilhada-Integrada (Ação Coordenada CSJT)						
18	Recursos de TI investidos pelo CSJT no exercício de 2014	Metodologia de auditoria e gestão/execução orçamentária pelo CSJT	Verificar o efetivo uso dos bens/serviços adquiridos com recursos do CSJT	Os bens/serviços adquiridos com recursos do CSJT estão efetivamente em uso? Os resultados pretendidos com as contratações foram alcançados?	01/02/2015 a 31/10/2015	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações
Materialidade R\$ 125.312.300,23		Relevância Alta		Criticidade Alta	Risco Alto	
Auditoria Operacional/Auditoria Compartilhada-Integrada (Ação Coordenada CNJ)						
19	Governança, riscos e controles de TI e TIC e sistemas desenvolvidos	Metodologia de auditoria; Governança de TI e TIC; COBIT; CMMI; ISO 17799; ISO 27001 e MoReg-Jus	Verificar o cumprimento das Resoluções CNJ nº 90/2009 e nº 91/2009 e do Acórdão nº 1233/2012-Plenário	Avaliação de conteúdos estabelecidos para governança, riscos e controle de TI e TIC e na verificação dos sistemas desenvolvidos, objetivando análise de controles e conformidade com padrões e modelos internacionalmente aceitos e com o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário Brasileiro – MOREG-Jus	01/06/2015 a 30/07/2015	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações
Materialidade		Relevância Alta		Criticidade Alta	Risco Alto	

ÁREA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS						
Item	Objeto	Conhecimentos Específicos	Objetivo	Escopo	Período	Unidade Auditada
Auditoria de Conformidade da Gestão/Auditoria Direta						
20	Relatório de Gestão de 2014	Processo de contas anual; Normas da prestação de contas de 2014: IN TCU nº 63/2010, alterada pela IN nº 72/2013; DN TCU nº 134/2013, alterada pela DN 139/2013; Portaria TCU 90/2014, e DN TCU nº 140/2014; Contabilidade Pública; Administração financeira e orçamentária; Siafi; SPIUnet; Planilhas eletrônicas	Verificar o atendimento das informações prestadas no relatório de gestão de 2014 considerados os conteúdos exigidos nos normativos editados para as contas pelo TCU com relação à gestão orçamentária e financeira e às informações contábeis	Avaliar a fidedignidade e a completude das informações prestadas no relatório de gestão com relação: a) à programação orçamentária e financeira e resultados alcançados; execução das despesas; reconhecimento de passivos por insuficiência de recursos; movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores; gestão de precatórios; gestão do patrimônio imobiliário e informações contábeis; b) suprimento de fundos; c) às demandas dos órgãos de controle externo (TCU) e interno (CCIN) cumpridas no exercício ou pendentes de atendimento referentes à gestão orçamentária e financeira e informações contábeis	07/01/2015 a 15/03/2015	Diretoria-Geral.
Materialidade		Relevância Alta		Criticidade Moderada		Risco Moderado

ÁREA DE GESTÃO DE RESULTADOS						
Item	Objeto	Conhecimentos Específicos	Objetivo	Escopo	Período	Unidade Auditada
Auditoria de Conformidade da Gestão/Auditoria Direta						
21	Relatório de Gestão de 2014	Processo de contas anual; Normas da prestação de contas de 2014: IN TCU nº 63/2010, alterada pela IN nº 72/2013; DN TCU nº 134/2013, alterada pela DN 139/2013; Portaria TCU 90/2014, e DN TCU nº 140/2014; Gestão de Processos; Governança; Avaliação de controles metodologia COSO; Planejamento estratégico; Indicadores de gestão	Verificar o atendimento das informações prestadas no relatório de gestão de 2014 considerados os conteúdos exigidos nos normativos editados para as contas pelo TCU com relação aos resultados demonstrados pelos indicadores de cumprimento dos objetivos, tanto os estabelecidos no PPA como os previstos no plano estratégico, e pelos indicadores instituídos pelo órgão para aferição do desempenho da gestão	Avaliar a fidedignidade e a completude das informações prestadas no relatório de gestão com relação às informações sobre: a) governança; b) relacionamento com a sociedade; c) planejamento e resultados alcançados	07/01/2015 a 15/03/2015	Diretoria-Geral.
Materialidade		Relevância Alta		Críticidade Moderada		Risco Moderado